



SINDICATO DOS MÉDICOS DO NORTE

Rua Faria Guimarães, 718, 3º Andar
4200-289 PORTO
Telf: +351 22 509 5095

Fax: +351 22 502 4447
E-mail: mail@sindicatomedicosnorte.pt

Informação Jurídica

Assunto: Contratos de trabalho a termo certo celebrados ao abrigo do DL 10-A/2020.

Aplicação do Decreto-Lei n.º 89/2020 - DR n.º 202/2020, Série I de 2020-10-16

A epidemia de SARS-CoV-2, comumente designada por COVID 19, tornou necessário, para o seu combate que fossem adotadas pelo país um conjunto de medidas excecionais e temporárias para dar resposta à pandemia.

O Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, veio prever a possibilidade de contratação de médicos e outros profissionais para os órgãos, organismos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial do Ministério da Saúde, mediante a constituição de vínculos de **emprego a termo**, com o objetivo de reforço dos profissionais de saúde e melhoria de resposta no SNS.

No entanto, sendo estas medidas excecionais, dúvidas existiam sobre se a prorrogação dos contratos termo poderiam, a final, e ao abrigo da legislação prevista no código do trabalho, se converterem-se em contratos sem termo.

Tal dúvida é agora dissipada pela publicação do DL 89/2020 e pela Portaria 270/2020 de 19/11.

Assim o DL 89/2020, vem prever o seguinte:

PARA OS CIT a termo (contratos individuais de trabalho a termo certo)

A conversão dos contratos individuais de trabalho a termo certo (CIT), celebrados pelos hospitais EPE ao abrigo do código do trabalho em contratos definitivos, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) A correspondência das funções exercidas pelos trabalhadores a necessidades permanentes das respetivas entidades;
- b) A existência de lugares disponíveis no mapa de pessoal da entidade; e
- c) A verificação do número máximo de renovações contratuais legalmente permitidas.

Terá que existir proposta devidamente fundamentada do órgão máximo de gestão do trabalhador, de onde resulte cumpridos os requisitos supra, sendo necessária igualmente autorização por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.



PARA OS CTFP a Termo (contratos de trabalho em funções públicas a termo)

Porque a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas não permite a conversão de contratos de trabalho a termo, o DL em questão prevê, a possibilidade de celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores que celebraram contratos a termo ao abrigo do regime excecional de contratação previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, **precedida de procedimento concursal**.

Ou seja, o MS irá abrir concurso para o efeito, no entanto a este concurso podem concorrer quer os médicos que tenham estes contratos quer qualquer outro médico com ou sem vínculo de emprego público previamente constituído.

Estão igualmente previstos determinados requisitos que devem ser cumpridos:

- a) Correspondência das funções exercidas pelos trabalhadores a necessidades permanentes das respetivas entidades;
- b) Existência de lugares disponíveis no mapa de pessoal da entidade.

A abertura dos procedimentos concursais tem que ser autorizada pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, no prazo máximo de 30 dias a contar do levantamento das necessidades permanentes das entidades, órgãos e serviços.

Os contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo em execução, consideram-se automaticamente renovados até ao termo dos referidos procedimentos concursais, sem sujeição a limite máximo de renovações.

Estas orientações aplicam-se aos médicos, cujos contratos perfaçam a duração **de oito meses até ao final do mês de dezembro de 2020**.

O número total de trabalhadores a contratar para a saúde (médicos e não médicos) cifra-se em 2995 relações jurídicas de emprego (ponto 3.1.2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 6 de junho)

Em conclusão

Devem os médicos que reúnam os requisitos supra elencados solicitar aos respetivos serviços a conversão do contrato quando em CIT ou aguardar a abertura de procedimento concursal.

Pelo Departamento Jurídico

Porto, 20 de novembro de 2020